

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (Mtb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 950 exemplares

Nº 1031

Recesso começa no dia 18/07. Até lá, articulação e Greve

O deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF) reuniu-se na segunda-feira, dia 6, com os assessores parlamentares dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT). Eles falaram sobre o PL 6613/09, que reestrutura o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário. Policarpo é relator do PL 6613/09 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. Em todo o país, além da articulação no Congresso, os Sindicatos estão mobilizando a categoria para a luta.

O recesso da Câmara e do Senado será de 18 a 31 de julho de 2011, mas, se a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) não for aprovada, não há recesso até sua aprovação. Agora inicia, no governo federal, uma rearticulação em torno do novo nome na Casa Civil, depois de semanas nas quais a mídia se debruça sobre as questões que envolvem o agora ex-ministro Antonio Palocci. Esse é mais um elemento no cenário de articulações das quais a categoria precisa para aprovar a revisão salarial.

Atendendo sugestão da Assessoria Parlamentar do STF, Policarpo vai reunir-se ainda esta semana com os assessores de orçamento dos Tribunais antes de encaminhar o relatório do PCS na CFT. "Vamos debater a adequação orçamentária e financeira do projeto para incluirmos o impacto da proposta no Orçamento da União de 2012", explica.

O objetivo da inclusão do impacto do projeto na LDO é o de garantir a adequação do PL à Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo, assim, a retirada dos entraves técnicos e financeiros que possam surgir.

O relator considerou a reunião excelente, mas ressaltou que a movimentação em Brasília, onde a Greve já iniciou, irá depender da pressão da categoria, que foi fundamental na aprovação dos três outros PCSs.

MPU/SC em Greve

Os servidores do MPF, Procuradoria da República em Santa Catarina, decidiram entrar em Greve depois de realizarem Assembléia nesta segunda, dia 6, seguida de pas-

seata do prédio da Bulcão Viana até o prédio da Mauro Ramos, carregando um caixão que representava o diálogo e a democracia dentro do MPF.

Os servidores, que lutam por reajuste salarial via PL 6697/2009, consideram que o Procurador Geral da República e sua equipe não estão se empenhando para agilizar a aprovação do projeto no Congresso Nacional e não tem cumprido nenhuma agenda de discussão com o governo sobre o PCS dos servidores do MPU.

A Greve reivindica que o PGR se comprometa com uma agenda de negociações com os servidores, o Poder Judiciário, o Congresso e o governo federal para conceder o reajuste salarial reivindicado pelos servidores.

A Greve, de caráter nacional, está apenas começando e sua continuidade depende das ações da PGR no sentido de compor essa agenda e, por extensão, do PCS do Judiciário, visto o atrelamento existente entre os dois projetos de lei. *Fonte: Delegacia de Base do Sinasempu - Sindicato Nacional do MPU*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLÉIA GERAL, no dia 15 de junho do ano de 2011, quarta-feira, às 13h30, na rampa do TRT, na Capital, com o seguinte ponto de pauta:

- a) Encaminhamentos da XVI Plenária da Fenajufe;
- b) Utilização de recursos do Fundo de Mobilização e Luta.

Florianópolis, 8 de junho de 2011-
Coordenação Geral do SINTRAJUSC

Supremo julga direito à revisão geral dos servidores na quinta, 9

O direito à revisão geral anual volta à pauta do STF nesta quinta-feira, dia 9. O Gabinete do Relator, Ministro Marco Aurélio, confirmou a inclusão do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral 579.431, que havia sido adiado da Sessão de 2 de junho.

Neste recurso extraordinário, o Supremo deverá dar a palavra definitiva sobre a existência ou não do dever do Estado de indenizar os servidores públicos pelo descumprimento do dever constitucional de anualmente promover a revisão geral de seus vencimentos e proventos. Devido ao mecanismo da repercussão geral, a decisão adotada neste processo será estendida a todas as milhares de ações que tratam do mesmo tema no País.

O advogado da Fenajufe e do SINTRAJUSC, Pedro Maurício Pita Machado, irá fazer sustentação oral, na condição de "amicus curiae". Ele lembra que a revisão geral está prevista na Constituição de 1988 desde a sua redação original e vinha sendo concedida todos os anos. Em 1994, com o chamado Plano Real, as reposi-

ções cessaram. Por isso, em junho de 1998, foi aprovada a Emenda Constitucional 19, estabelecendo a obrigatoriedade de que a revisão fosse feita anualmente. Mesmo assim, muitos governos estaduais e municipais e, principalmente, o Governo Federal, deixaram de efetuar a correção dos salários de seus servidores.

Segundo Pedro Pita Machado, "depois da Emenda 19/98, várias ações diretas de inconstitucionalidade por omissão foram ajuizadas e, em todas elas, o STF reconheceu o descumprimento do mandamento constitucional. Restou aos servidores o caminho de pedir uma indenização pela lesão de seu direito. Nesse período, todos os preços foram reajustados: energia, água, telefone, transporte, vestuário e alimentação. Só os vencimentos não vêm sendo corrigidos anualmente, o que constitui uma injustiça gritante e um claro descumprimento do que a Constituição determina".

O início da Sessão do STF está previsto para às 14 horas.

Sindicato terá representante em reunião que irá discutir aposentadoria do servidor público policial

O Coordenador do SINTRAJUSC da Região do Vale, Edmilson Silva da Rosa, irá representar o Sindicato na Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que será realizada no dia 16 de junho, às 10 horas, em Brasília (DF), com o seguinte tema: "Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 330/06, que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público policial, nos termos do artigo 40, §4º, inciso III, da Constituição Federal, conforme redação da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005". (Requerimento nº 4/11, de autoria do Deputado Roberto Policarpo). O Sindicato divulgará o resultado da reunião.

Veja o projeto em:

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/403405.pdf>

Os convidados para a reunião são:

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP;

Representante do Ministério da Previdência Social - MPS;

Pedro Delarue Tolentino Filho - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco);

Paulo Sergio Costa da Costa - Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra);

José Calixto Ramos - Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores;

Joaquim José Teixeira Castrillon - Presidente Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassoja);

Ramiro Lopes - Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe);

Maria José Santos da Silva - Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud); e

Edmilson Gomes - Presidente da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal (Agepoljus).